

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo em semana decisiva no Congresso..... 2

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Cotas em concursos mudam vidas de servidores negros, mas ainda não alteraram
desigualdade no funcionalismo 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Exceções trazem risco à agenda da reforma, diz ex-secretário da Receita Federal..... 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária e o PIB Potencial (Artigo).....11

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Panorama global é mais favorável para discussão de juros".....13

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

'A reforma tributária é mais uma oportunidade perdida', diz CEO da Petz.....15

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Exceções trazem risco à agenda da reforma, diz ex-secretário da Receita Federal..... 17

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF - BAND NEWS BOM DIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária, LDO e arrecadação: Os desafios antes do recesso..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo ganha tempo para definir a meta fiscal (Editorial)..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Conselho da Justiça Federal decide se pagará R\$ 240 mi a magistrados..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Com plano de corte radical no Estado argentino, Milei bate fácil o peronismo.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Preocupações de Campos Neto como risco externo - ALEX RIBEIRO..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Reunião com Haddad, Mantega, Galípolo e Mercadante convenceu Lula de déficit zero
..... 30

Governo em semana decisiva no Congresso

Evandro Éboli

+

Depois de dias esvaziados, sem sessões na Câmara e pouco trabalho no Senado, o Congresso tem, esta semana, grandes testes para o Palácio do Planalto - especialmente, os vetos que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu que fossem mantidos. E essa prova de fogo vem justamente nos dias em que o governo terá que dar uma palavra final sobre o projeto de desoneração da folha aprovado pelo Parlamento em outubro. A tendência é de acolher o pedido da Fazenda de veto total à proposta, mas alguns deputados têm esperanças de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva barre apenas a parte referente à redução da contribuição previdenciária dos municípios - e mantenha o restante.

A avaliação de muitos líderes é de que se Lula sancionar o projeto de desoneração da folha, ajudará no bom relacionamento e na condução das demais votações. Se vetar, o mau humor dos congressistas pode respingar em temas importantes.

Na lista de Haddad sobre os vetos, consta, por exemplo, o **Carf** (Conselho de Administração de Recursos Fiscais), principalmente aqueles que se referem ao perdão de dívidas. Ao fazer seu pedido, o ministro da Fazenda deixou claro que se os políticos querem recursos para emendas, precisam ajudar a encontrar receitas.

Esse discurso será usado para que os parlamentares aprovem a pauta de votações de matérias de interesse do governo. Agora que o Centrão está bem acomodado na Esplanada, o Planalto espera destravar a apreciação, por exemplo, da Medida Provisória (MP) 1.185, sobre mudanças na subvenção para investimentos do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), que pode gerar até R\$ 35 bilhões para o governo em 2024.

Haddad se reuniu com Lira e líderes de partidos, mas não houve consenso para avanço - se via MP ou projeto de lei. Mas houve um acerto para deflagrar a discussão, que ainda não tem nem relator definido.

Esse deve ser o último grande pedido da área econômica a ser votado, este ano, na Câmara, o que deixaria a proposta de Juros sobre Capital Próprio (JCP) para 2024. Mas a equipe econômica espera chegar a um acordo e votar esse texto até meados de dezembro.

Paralelamente aos projetos da economia, está a votação do parecer preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o próprio Orçamento da União de 2024. Os parlamentares correm contra o tempo para aprovar essas propostas, uma vez que, com ou sem deficit fiscal, precisam do Orçamento aprovado para garantir a liberação das emendas no primeiro semestre do ano que vem - antes das campanhas eleitorais para prefeitos e vereadores.

Vão discutir, ainda, se as emendas de comissão serão impositivas, tal como para aquelas apresentadas individualmente por deputados e senadores. A tendência é que seja incluído um artigo na LDO para a obrigatoriedade de liberação dessas emendas de comissão, algo que deve consumir R\$ 9 bilhões - contra o qual o governo luta para conseguir mais folga de caixa.

Enquanto a Comissão Mista de Orçamento tenta correr com a análise da LDO para dar tempo de votar o Orçamento, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pretende acelerar a conclusão da **Reforma Tributária**, apreciada há duas semanas no Senado. Ele avisou aos líderes que pretende colocar o tema em discussão esta semana.

Fatiamento

Lira já se manifestou favoravelmente a uma promulgação fatiada - primeiramente, aprova-se o que for consenso com o Senado e o restante segue em discussão na Câmara. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não gosta da ideia, pois para ele a questão é complexa.

Para o especialista Pedro Merheb, se malfeita, a promulgação fatiada pode flertar com um Frankenstein constitucional. No Senado, foram incorporadas cerca de 300 emendas. Os relatores Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na Câmara, e Eduardo Braga (MDB-AM), no Senado, devem se reunir para debater o assunto - assim como Lira e Pacheco. O presidente da Câmara deve definir hoje a pauta de, em reunião com líderes, e estabelecer esse cronograma da tramitação da tributária.

Enquanto a Câmara tenta acertar o passo para votar assuntos polêmicos, o Senado está com a pauta bem encaminhada. Pacheco marcou para quinta-feira a sessão do Congresso para apreciação dos vetos. Mas, amanhã, o Plenário da Casa pretende se dedicar à emenda constitucional que restringe as decisões

monocráticas dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC já estará pronta para votação na terça. Vou consultar os líderes se assim desejam, disse Pacheco, que é favorável ao projeto.

O senador defende a proposta: Essa mudança evita que uma decisão monocrática, de um único ministro, suspenda a eficácia de uma lei votada por 594 parlamentares e sancionada pelo presidente da República. É algo desequilibrado, que não pode prevalecer. Não se trata de um enfrentamento com o STF ou de retaliação, garantiu Pacheco.

A pauta econômica também terá espaço no Senado. O projeto do governo que tributa rendimentos de aplicações financeiras, lucros e dividendos de entidades controladas no exterior (offshores) e dos fundos exclusivos, será votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também amanhã. O desejo de Pacheco é levar o assunto para o Plenário no mesmo dia. Ele está otimista, também, sobre a aprovação do projeto das apostas esportivas - as bets.

O presidente do Senado, que está muito próximo de Lula, não descarta nem mesmo apreciar, ainda este ano, o nome do novo indicado para a Procuradoria-Geral da República (PGR) - a tendência é a escolha de Paulo Gonet Branco, cujo nome deve ser confirmado por Lula nas próximas horas.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/11/6657777-governo-em-semana-decisiva-no-congresso.html>

Cotas em concursos mudam vidas de servidores negros, mas ainda não alteraram desigualdade no funcionalismo

O mito da democracia racial, que pairou sobre a sociedade brasileira por décadas, tem sido questionado nos últimos anos diante de contradições visíveis como a falta de correspondência entre a proporção de 56% de negros (pretos e pardos) autodeclarados na população brasileira, segundo o IBGE, e o espaço que ocupam no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, esse tema atravessou o setor privado, com a diversidade nas empresas empurrada pelo escrutínio da sociedade. No entanto, esse também é um desafio do setor público, onde o concurso se apresenta como um instrumento de democratização do acesso a posições cada vez mais cobiçadas pela remuneração acima da média e a estabilidade, mas não elimina a desigualdade racial.

Ainda que concursos públicos tenham sido o veículo de ascensão social de muitos profissionais negros - contornando obstáculos como o viés racista das indicações e entrevistas de admissão do setor privado -, os dados mais recentes mostram que a sub-representação negra também está no funcionalismo.

No Executivo federal, por exemplo, quase 40% eram pretos e pardos no ano passado, segundo os dados mais atualizados do Ipea, mas o funcionalismo é mais negro na base e mais branco no topo, onde estão os salários mais altos. A situação não é muito diferente em estados e municípios, a não ser pela falta de dados precisos sobre o perfil étnico dos **servidores públicos** no país.

Para corrigir essa distorção, foi instituída, em 2014, a reserva de 20% das vagas em concursos para profissionais negros, mas, quase dez anos depois e às vésperas de a legislação ser revista, pouco mudou na diversidade racial das carreiras federais.

E um dos motivos foi a realização de poucos concursos nesse intervalo, destaca Luiz Augusto Campos, um dos coordenadores do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, (Gema), da Uerj. Em 2014, foram 279 seleções. Em 2020, por exemplo, apenas sete.

Mesmo nas poucas seleções que saíram do papel, a aprovação de brancos é bem superior à de pretos e pardos (veja no quadro). Ainda que o percentual de negros ingressantes tenha saído dos 29% anteriores à lei para 35% nos anos seguintes, o que pode ser observado hoje é uma estagnação em pouco mais de 40%.

O acesso de negros ao serviço público não é o único problema. Uma vez lá dentro, pretos e pardos têm mais dificuldades de alcançar postos de liderança, com gratificações. A média salarial líquida dos servidores brancos é de cerca de R\$ 9,2 mil enquanto a de pretos e pardos está na casa dos R\$ 6,7 mil, uma diferença de 27% ou de R\$ 2,5 mil, que aumentou. Em 2014, era R\$ 1,8 mil.

Entre servidores com a mesma escolaridade há desigualdade salarial. Pretos e pardos têm participação reduzida nas carreiras mais prestigiadas e nos cargos comissionados (DAS). Em 2020, segundo levantamento do Instituto República.Org na base de dados do governo federal, apenas 27,3% dos ocupantes de cargos de nível superior eram pretos ou pardos. Nas posições do nível DAS-6, havia apenas 11 negros em 2022.

Neste ano, um decreto federal reservou 30% dos cargos comissionados para pretos e pardos. O MGI e o Ministério da Igualdade Racial informaram, em nota, que investem na formação de lideranças negras para reduzir disparidades salariais no serviço público.

'Sou útil à sociedade'

Anderson Junior, de 26 anos, descobriu que o serviço público poderia ser uma forma de ascensão social ainda aos 16, quando conseguiu uma vaga de aprendiz na Caixa Econômica. Observando os concursados do banco estatal, ficou atraído pela estabilidade que não via no setor privado.

Dez anos depois, está completando cinco meses num posto de gerência do **INSS** em Niterói, conquistado depois de muito estudo para o concurso, que reservou 20% das vagas para negros como ele. Além de se sentir mais seguro em relação ao futuro, diz ter se

apaixonado pelo serviço público.

- Desde muito novo eu notava a diferença de qualidade de vida entre **servidores públicos** e trabalhadores da iniciativa privada. Minha posição atual fez eu me sentir extremamente útil - diz. - Hoje, vejo minha função na sociedade como extremamente importante. A sensação de voltar para casa e saber que ajudei uma pessoa idosa a se aposentar, por exemplo, é indescritível.

Crachá para não ser confundida

Para a cientista política Vanessa Campagnac, gerente de Dados do República.Org, as cotas provocaram alterações visíveis, mas o setor público precisa direcionar melhor suas ações afirmativas para ter uma mudança estrutural:

- Provocamos alterações na vida de diversas pessoas individualmente, mas ainda é frustrante olhar os números como um todo. É preciso continuar, para que a entrada de mais negros no serviço público inspire outros e, assim, essa transformação seja acelerada. Sem políticas em diversos setores, o processo histórico de desigualdade não será mitigado.

A estabilidade foi decisiva para a psicóloga Luciana Basílio, de 46 anos, trocar a clínica privada pelo atendimento ao público como servidora da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. Mas o contraste entre sua transformação pessoal viabilizada pelo concurso e a presença reduzida de outros concursados negros a deixa desconfortável, sentindo-se muitas vezes invisibilizada:

- Nos atendimentos que presto, as pessoas demonstram surpresa quando me veem. Uso crachá durante toda a minha jornada de trabalho para não ser confundida.

Lorrane Canta: sonho e referência

Lorrane Canta, de 29 anos, descreve a posse como bióloga do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), há um ano, como "um sonho", mas sabe que o acesso ainda não é simples para outras mulheres negras:

- Vivo a sensação inexplicável de quem está realizada com o que faz, mas sinto que essa posição me faz referência para outras mulheres negras que ainda não chegaram aqui.

Essas sensações aparecem no relato de pessoas negras aprovadas em outros níveis de governo e nas estatais, que também adotaram cotas nos últimos dez anos.

Roberta Nascimento: Nem todos têm oportunidades

A professora Roberta Nascimento, de 40 anos, passou no concurso da rede municipal de ensino do Rio em 2016, após a capital fluminense adotar a mesma política de cotas do governo federal. Ela dá aulas de Geografia numa escola de ensino fundamental da Zona Norte do Rio.

Para a educadora, a estabilidade do serviço público significou uma conquista pessoal e também deu as bases para ela se desenvolver na profissão. Ela se vê como uma possível inspiração para que outras pessoas negras ingressem no serviço público. E busca dar sua contribuição dedicando-se a projetos de letramento racial e educação antirracista na escola pública, onde há muitos estudantes negros, ela diz.

- Como falar em processo seletivo igual se nem todos têm as mesmas oportunidades? A equidade tem a função de ajustar essas diferenças. Enquanto as pessoas não reconhecerem seus privilégios, vamos ter essa discussão sobre cotas. Não queria que existisse cota, mas também não queria que existisse desigualdade. Enquanto a segunda existir a primeira deve existir também.

Gabriel Rocha: Como ter pretos na liderança?

Gabriel Rocha, de 24 anos, aprovado para um cargo na área de Tecnologia da Informação do Banco do Brasil também destaca o déficit de negros como ele no ambiente de trabalho e se preocupa com a falta de diversidade no comando:

- Mesmo com esforços, ainda é muito difícil o acesso da pessoa negra. Como colocar pretos em posição de liderança se não há pretos no quadro geral? É um processo que anda, mas anda bem devagar.

O Banco do Brasil teve somente neste ano, a primeira mulher e pessoa negra indicada para a sua presidência, a administradora Tarciana Medeiros, também concursada da instituição. Ela foi alçada ao cargo sem antes ter tido uma oportunidade na diretoria. Uma das prioridades que elegeu para seu mandato é a agenda de diversidade.

Thamara Deola: 'Até que é inteligente

A Defensoria do Rio também adotou cotas para servidores de apoio. Thamara Deola se inscreveu como cotista e foi uma das aprovadas como analista processual em 2016. O concurso foi uma porta aberta quando ela estava sem trabalho e perspectiva, mesmo recém-formada em Direito.

- Não conhecia ninguém da minha área que pudesse ser uma ponte (para um emprego no setor privado) nessa fase inicial, tampouco tinha qualquer capital financeiro e social. Entrar por cotas na Defensoria abria um mundo de possibilidades, fiquei muito feliz - diz Thamara.

Logo no início, ela entendeu que o seu desafio não se encerrava no concurso. Embora os aprovados fossem convocados simultaneamente, os cotistas ficavam por último na alocação. Geralmente sobrava para eles bairros mais distantes, como aconteceu com ela.

Thamara também se ressentiu da falta de líderes negros e de ser alvo de comentários questionando sua capacidade, mas decidiu conquistar seu lugar.

- Não via pessoas como eu tomando decisões, apenas subordinadas - relembra. - Meu desafio em ocupar aquele espaço era mais existencial. Era sobre como eu lidaria com subjugações sutis ou com falas como "até que ela é inteligente" ou "até que ela é educada".

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/20/cotas-em-concursos-mudam-vidas-de-servidores-negros-mas-ainda-nao-alteraram-desigualdade-no-funcionalismo.shtml>

Exceções trazem risco à agenda da reforma, diz ex-secretário da Receita Federal



Tostes Neto cita escritor renascentista Lampedusa, ao comentar sobre novas exceções para o IVA: "Algo deve mudar para que tudo continue como está"

Marta Watanabe

Após a aprovação pelo Senado, o texto da **reforma tributária**, que pretende simplificar o sistema de **impostos** e deve destravar o crescimento da economia, ampliou algumas exceções. Isso tornou mais volumosa e difícil a etapa seguinte, que deverá seguir à aprovação da PEC 45/2019, o que contribui para elevar o risco de atraso na agenda pós-emenda. Além de trazer exceções "injustificáveis", o texto aumentou o compromisso da União com o aporte de recursos, deixando incertezas sobre a capacidade de cumprimento em governos futuros.

A avaliação é do consultor José Tostes Neto, ex-secretário da **Receita Federal** e ex-coordenador dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Frente às mudanças feitas pelo Senado, diz Tostes, é preciso cuidado para não avançar com algo "sem considerar o que está sendo aprovado". "Não se pode deixar passara oportunidade de melhorar o sistema atual, mas devemos evitar aprovar algo que reproduza deficiências e iniquidades do sistema atual, e o texto do Senado faz isso", diz. Após aprovação no plenário do Senado, o texto passará agora por nova apreciação da Câmara dos Deputados.

O eventual fatiamento após a nova tramitação na Câmara dos Deputados, com uma primeira

promulgação somente no que houver consenso entre as duas casas legislativas, pode atrasar a agenda para a produção das leis complementares, colocando em risco a agenda da reforma, avalia.

Há pelo menos sete compromissos atribuídos à União na reforma aprovada no Senado, diz Tostes, com impacto financeiro de pelo menos R\$ 790 bilhões até 2043.0 valor considera apenas aportes da União no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e no Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros-Fiscais do ICMS (FCBF). Para o fundo de desenvolvimento, lembra, o texto não estabelece prazos finais ao aporte federal, dando a entender que acontecerão "indefinidamente". Para ele, o cenário para o fundo lembra o da chamada Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), que resultou em longa disputa judicial entre União e Estados.

Além dos dois fundos, diz, há outros compromissos estabelecidos para a União, cujos valores estão ainda indefinidos. Para Tostes, os encargos atribuídos à União por período tão longo trazem incerteza sobre seu cumprimento nos próximos mandatos. "Futuros governos podem pensar de forma diferente, porque a situação fiscal do país não é tão confortável para comportar tantos compromissos."

O texto, diz Tostes, também aumenta a complexidade para o IVA, novo imposto que deve resultar da **reforma tributária** e que se traduzirá em dois **tributos**: a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será arrecadado conjuntamente por Estados e municípios.

Ao criar novas exceções dentro das alíquotas reduzidas, a alíquota-padrão do IVA pode chegar bem perto de 30% ou até ultrapassá-la, avalia Tostes. Essas mudanças, diz, lembram uma frase de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, escritor italiano que no romance "O Leopardo" abordou a decadência da aristocracia siciliana durante o Renascimento. "A frase cai como uma luva: algo deve mudar para que tudo continue como está."

O ex-secretário da **Receita Federal** também diz que o relatório trouxe um tributo novo, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a Zona Franca de Manaus, o que deverá aumentar a

complexidade para se equacionar a tributação da região, algo que ainda será regulamentado via lei complementar. Com isso, o novo texto mantém a eliminação de cinco **tributos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS-, mas cria outros cinco, um a mais do que o texto que saiu da Câmara dos Deputados.

A seguir, os principais pontos:

Encargos da União 1

São muitos os encargos que a reforma trará à União e esse impacto não parece devidamente equacionado, segundo Tostes. "A questão é sempre muito sensível quando há compromisso de repasse entre os entes. Há pelo menos seis compromissos atribuídos à União. Alguns já vinham desde a Câmara e aumentaram agora no Senado em termos de valores."

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), exemplifica, tinha perspectiva de começar em 2029 com R\$ 8 bilhões e chegar a R\$ 40 bilhões em 2033. Agora mudou para começar em 2029 com R\$ 8 bilhões e chegar a R\$ 60 bilhões em 2043. O impacto agora é de R\$ 630 bilhões até 2043 e, como não há data-limite para esse recurso no texto, presume-se que será repassado indefinidamente, diz. "O cenário é muito semelhante ao da chamada Lei Kandir. Os repasses para compensar Estados pela desoneração de ICMS nas exportações de bens primários e semi-elaborados resultaram num dos maiores passivos jurídicos entre a União e os Estados."

"Conjunto de encargos atribuídos à União por período tão longo é incerto"

Encargos da União 2

Há também o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais, que já tem a partir de 2025 aportes da União que começam em R\$ 8 bilhões e crescem gradualmente até chegar a R\$ 32 bilhões em 2028 e 2029 e depois decrescem, também gradativamente, para R\$ 8 bilhões em 2032, aponta Tostes. "São R\$ 160 bilhões. Somados aos R\$ 630 bilhões do FNDR, são ao todo R\$ 790 bilhões, pelo menos, até 2043."

Encargos da União 3

Há outros compromissos sem valores definidos, diz, como o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas. O fundo poderá ser usado tanto para compensar os benefícios da Zona Franca de Manaus como para compensar a perda de arrecadação do Estado do Amazonas.

A arrecadação de ICMS do Amazonas em 2022 foi em

torno de R\$ 14 bilhões, aponta. Os incentivos fiscais federais na Zona Franca de Manaus representaram R\$ 55 bilhões no ano passado, e os incentivos de ICMS do Estado do Amazonas com a Zona Franca, cerca de R\$ 16 bilhões, segundo ele. "Esses são os números que envolvem a questão. Claro que o fundo não vai compensar tudo isso, mas parte disso certamente deverá ser absorvida."

Um quarto fundo foi estabelecido pelo plenário do Senado, diz Tostes: o Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá, com finalidade de promover o desenvolvimento dessa região. Também não tem valor estipulado, diz. O valor mínimo de aporte anual para o fundo deverá ser definido por lei complementar.

Encargos da União 4

Além dos quatro fundos, a União vai arcar com o que for pago na alíquota-teste de 0,1% do IBS entre 2026 e 2028, porque isso poderá ser compensado com **tributos** federais, explica. Ele lembra também que, no caso de a receita com o novo Imposto Seletivo ser menor do que a arrecadação do atual IPI, a diferença será coberta pela União. O IPI arrecadou cerca de R\$ 65 bilhões em 2022, ano em que houve muita desoneração com o imposto. Em 2021 o IPI arrecadou cerca de R\$ 70 bilhões, compara.

"O último compromisso que a reforma traz para a União é com as despesas de instalação do Comitê Gestor do IBS. Há uma previsão de compensação para a União, mas é um compromisso inicial na conta da União."

Encargos da União, o futuro

O conjunto de encargos atribuídos à União por período tão longo é muito incerto, avalia. "Está sendo feito um desenho para futuros governos cumprirem. Futuros governos podem avaliar e pensar de forma diferente, até porque a situação fiscal do país não é tão confortável para comportar tantos novos compromissos."

Divisão do FNDR

O critério de repartição dos recursos do FNDR estava remetido para lei complementar no texto que saiu da Câmara dos Deputados, lembra Tostes. "No relatório do senador Eduardo Braga houve um critério para destinar 70% dos recursos com base no FPE [Fundo de Participação dos Estados] e 30% com base na população. Certamente isso vai gerar muita discussão e dificuldade de consenso."

O próprio critério de distribuição do FPE é algo que

não tem consenso, foi motivo de ações judiciais e chegou ao STF [Supremo Tribunal Federal], que conduziu um acordo entre os Estados, diz. "Mas a nova regra só vale para o excedente de recursos. Então, para aplicar o novo critério de forma integral, levaremos cerca de 200 anos."

Isso já mostra, avalia, que essa questão terá muita controvérsia, porque cada Estado vai defender o seu ponto de vista. "O critério do relatório é um bom começo de discussão, mas certamente não será o definitivo."

Ex-secretário de Fazenda do Pará, Tostes defende que o critério não pode ser baseado somente na população, uma vez que o fundo também tem objetivos de diminuir desigualdades. "É preciso considerar essas diferenças regionais que ainda são muito expressivas no Brasil. Já há manifestações de descontentamento com este critério do relatório, sob alegação de que se está privilegiando Estados mais populosos, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia."

Comitê Gestor do IBS

"Me parece que a mudança de nome de Conselho Federativo para Comitê Gestor do IBS quis enfatizar o caráter operacional e fazer diferença em relação ao atual Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária], que tem poder de decisão sobre benefícios fiscais de ICMS." O Comitê Gestor não terá esse poder, diz, e não deverá tomar decisões de política tributária, de benefício fiscal.

"Mas há discussão sobre o quão efetivo será o comitê, o que é procedente, porque não existe experiência desse tipo no mundo. O Brasil vai inovar com uma experiência sem paralelo. Isso causa certa apreensão sobre seu funcionamento, de fato. A principal preocupação é que, mesmo que somente administrativo e operacional, o comitê terá o poder de distribuir o recurso arrecadado com o IBS. Se o recurso não é distribuído, o Estado não recebe."

Uma das principais funções do comitê, aponta, é a questão da integração na gestão do IVA entre União e os Estados em termos de interpretação na gestão do contencioso e na fiscalização. "Tudo isso são questões administrativas que precisarão de coordenação. O comitê gestor tem esse grande desafio. Permanece uma dúvida sobre como ficará o contencioso. É preciso assegurar que o contencioso do IBS dos Estados e municípios esteja harmonizado com o do CBS da União. Não pode haver interpretações diferenciadas. Se isso acontecer, vira um caos."

Novas exceções

Os regimes específicos têm mais de 20 hipóteses que serão regulamentadas por lei complementar, o que poderá ampliar ainda mais o alcance em função da definição que for dada. O mesmo vale para as dezenas de hipóteses dos regimes diferenciados. A redução de 60% tem quase três dezenas delas.

"É injustificável a redução de 30% da alíquota do IVA para profissões liberais e regulamentadas. São dezenas. Não há razão de fato ou direito que justifique isso", diz Tostes. Com isso, diz, as alíquotas do IVA aumentaram, o que vai provocar aumento da alíquota-padrão do novo imposto e elevar a complexidade, com aumento de custos tanto para contribuintes como para Estados, municípios e União.

"Vão diminuir muito os ganhos que se esperava com a criação de uma IVA moderna com uma só alíquota ou com um número de alíquotas menor do que quatro. Além de todas as exceções do novo imposto, ainda se está prorrogando incentivos velhos, como os do setor automotivo, para projetos já aprovados e os que venham a ser aprovados até dezembro deste ano. Sobre esses tratamentos mais favorecidos, o escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa tem uma frase que cai como luva: algo eleve mudar para que tudo continue como está."

"Com Cide para Zona Franca, foi criado um novo tributo, não há como esconder"

Alíquota do IVA

O aumento de exceções para o IVA certamente terá impactos na alíquota modal do IBS e da CBS, aponta, além aumentar o volume de trabalho da regulamentação via leis complementares, o que traz também risco para o cumprimento da agenda. Com alcance ainda incerto, as exceções devem fazer com que a alíquota do IVA se aproxime dos 30%.

Cesta básica

"Minha opção sempre foi pela tributação regular do IVA e pelo uso do cashback como forma de devolução do imposto para baixa renda. Os estudos mostram que esse mecanismo é o melhor sistema para reduzir regressividade na tributação sobre consumo", diz Tostes. Com benefício para a cesta básica, todas as faixas de renda ficam privilegiadas, avalia.

"O relatório do Senado cria uma cesta básica estendida, além da cesta básica nacional que já estava no texto anterior, e fica uma mistura que também aumenta ainda mais a complexidade. Será uma guerra entre os que queiram estar na cesta nacional ou na estendida, algo desnecessário", avalia.

Cide, novo tributo

O relatório criou novo tributo, não há como esconder: a Cide da Zona Franca de Manaus, diz Tostes. O estabelecimento de uma nova Cide, diz, gera dúvidas. "Se uma empresa da Zona Franca de Manaus produz um bem com externalidade negativa para a saúde ou meio ambiente está sujeita à Cide e também ao Imposto Seletivo?", questiona.

Ele explica que hoje há na Zona Franca de Manaus benefícios fiscais de IPI, PIS, Cofins, ICMS e Imposto de Importação. "Somente neste último não há mudança nessa reforma. A lei complementar definirá como tudo isso será equacionado dentro da **reforma tributária**. O que se sabe pelo texto é que poderão ser usados para isso instrumentos fiscais, econômicos ou financeiros, lembrando que os benefícios da região estão garantidos já pela Constituição até 2073. Agora entrou uma Cide no meio do caminho e isso deve tornar mais complexo esse desenho."

Com isso, o novo texto da reforma mantém a eliminação de cinco **tributos**, mas cria outros cinco, um a mais do que o texto que saiu da Câmara dos Deputados.

Imposto seletivo

O relatório amplia a base tributável pelo Imposto Seletivo para alcançar a extração, o que deve incluir extração de petróleo e minérios, destaca. "Me parece que alcança, inclusive, o que é destinado à exportação, porque a incidência na extração independe da finalidade. É bom lembrar que o objetivo da Lei Kandir lá atrás foi justamente tirar a tributação dos bens primários e semi-elaborados voltados para exportação." Isso, então, diz, pode voltar com a tributação para os bens que sejam considerados como nocivos à saúde e ao meio ambiente.

"Como isso se dará, dependerá da regulamentação, mas pode haver uma discussão sobre um imposto que acabará incidindo sobre exportação, mesmo que embutido na cadeia produtiva. A amplitude da base do Imposto Seletivo também é algo a ser definido por lei complementar e não sabemos como ficará.

Promulgação fatiada

Se for promulgada inicialmente somente a parte de consenso do Senado e Câmara dos Deputados, certamente o que ficar para depois não será irrelevante, segundo Tostes. Isso pode atrasar a edição das leis complementares e traz incerteza sobre o cumprimento dos prazos da agenda da reforma.

Para ele, é preciso cuidado para não se aprovar algo

sem considerar o que está sendo aprovado. "Não podemos deixar passar a oportunidade de melhorar o sistema que temos hoje, mas devemos evitar aprovar algo que reproduza deficiências e iniquidades do sistema atual e o texto do Senado faz isso."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187717?page=1§ion=1>

Reforma Tributária e o PIB Potencial (Artigo)



**CARLOS RODOLFO
SCHNEIDER**
Empresário

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER

É importante lembrar que o Brasil tem muito a ganhar com o movimento que está acontecendo de reconfiguração das cadeias de suprimentos, em função das crises e conflitos globais recentes, desde que se melhore o ambiente de negócios para a indústria no país. O que passa necessariamente por uma **reforma tributária** bem feita, que evite aumento de **impostos** e surpresas na regulamentação. Mas, como bem disse o ex-ministro Máílson da Nóbrega, somos o país da meia entrada e dos direitos adquiridos. Tão logo se iniciou a discussão da proposta de reforma (PEC 45), começaram as pressões por manter ou buscar privilégios, boa parte deles contemplados no texto aprovado na Câmara de Deputados. E outros buscaram o seu espaço no Senado. Segundo Manoel Pires do FGV Ibre, o lobby permitiu alíquotas com desconto de 60% e até 100% que não se justificam do ponto de vista da teoria econômica e da experiência de outros países. Como bem alerta Máílson, a PEC 45 previa alíquota única para bens e serviços, inspirada nas versões mais modernas de tributação de valor agregado, como a da Nova Zelândia, que difere da experiência europeia, que partiu de três a cinco alíquotas e não conseguiu depois evoluir para alíquota única. Erros na partida, afirma, tendem a ser perenizados, considerando que a experiência indicou que alíquotas múltiplas causam ineficiência, reduzem o potencial de crescimento e

prejudicam os mais pobres. Além de criar nova fonte de contencioso.

Também o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, alerta que a PEC aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado se afasta bastante do ideal de uma alíquota uniforme, para beneficiar determinados segmentos econômicos. Com isso, para manter o nível de arrecadação sobre o consumo, premissa da proposta, a maioria das empresas pagará mais por causa das vantagens conseguidas por poucos. Cálculos indicam que os benefícios concedidos devem fazer com que tenhamos a alíquota padrão do IVA (imposto sobre valor agregado) mais alta do mundo, muito acima daquela necessária ao resgate da competitividade dos agentes econômicos nacionais, considerando ainda o peso dos demais componentes do Custo Brasil, como deficiências da infraestrutura, custo da burocracia do poder público, baixa qualidade dos serviços prestados pelo Estado, falta de mão de obra qualificada e a penalização dos **impostos** não contemplados por essa reforma.

E por falar nos demais **tributos**, Armando Castelar Pinheiro, do FGV Ibre, alerta de forma oportuna que a política fiscal proposta pelo atual governo se baseia em forte aumento da carga tributária, com o fim de gerar superávits primários, mesmo com a expressiva expansão do gasto público já endereçada. A proposta aprovada na Câmara já abre as portas para elevar **impostos** como IP-TU, IPVA e ITCMD, além de permitir a criação de novos **tributos** pelos estados. Ainda segundo Castelar, aumentos adicionais de carga tributária reduzirão ainda mais o nosso potencial de crescimento econômico, estimularão a informalidade, e afastarão investimentos. E menos crescimento leva a menos empregos e renda, o que por sua vez pressiona por mais gasto público. É um círculo vicioso que tem deixado legados difíceis em países vizinhos.

Enquanto não fizermos os ajustes e reformas que de fato aumentem o **PIB** potencial, vamos crescer muito menos do que as riquezas do país permitiriam. Vamos continuar com altos e baixos, repetindo a história dos últimos anos, de voos de galinha. O estímulo ao consumo, sem criar condições para aumentar os investimentos, certamente não resolve a questão. Não deveríamos continuar perdendo oportunidades, para superar a armadilha da renda média, para

caminharmos na direção do grupo de países desenvolvidos. É sabermos transformar o potencial que temos em **PIB** potencial, que é a capacidade de o país crescer de forma consistente.

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER. Empresário

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/20/11/2023/p1>

"Panorama global é mais favorável para discussão de juros"



Larissa Garcia De Brasília

A melhora recente da **inflação** dos Estados Unidos reduziu a probabilidade de aperto monetário adicional pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), e o ex-vice gerente geral do Banco de Compensações Internacionais (BIS) Luiz Awazu Pereira vê um panorama global mais favorável para a discussão da continuidade do ciclo de cortes de juros no Brasil.

Awazu, que também é ex-diretor de política monetária do Banco Central, disse em entrevista ao Valor que, embora a desinflação "esteja acontecendo", não se sabe exatamente "em que patamar ela vai se estabilizar" e apontou a necessidade da "última milha", que é um esforço final dos bancos centrais para que a **inflação** vá para a meta. "É preciso mostrar credibilidade das políticas dos bancos centrais, e alterações de trajetória nessa "última milha" são danosas à credibilidade e às expectativas dos agentes de mercado. Mas também é preciso ter bom senso nesse debate." O ex-dirigente do BIS, que teve o mandato encerrado em agosto, ressaltou que países avançados também estão discutindo questões fiscais e que é "uma coisa que precisa ser feita com toda seriedade". Em relação ao ruído gerado pelo debate no governo sobre a possibilidade de mudança na meta para o déficit primário do próximo ano, avalia que a postura não pode ser de ingenuidade, ao achar que não cria problemas, mas que também não é uma "catástrofe".

Valor: O mundo vive um momento desafiador. Quais são os principais desafios daqui para frente?

Luiz Awazu Pereira: Depois da desinflação em 2023/2024, precisamos monitorar eventuais aumentos de custos na economia global. Isso não quer dizer **inflação** mais alta necessariamente, depende de como vai se transmitir e das políticas de resposta. É preciso ver qual vai ser o efeito de custos de mudanças estruturais na economia mundial. A convergência e a manutenção da **inflação** no médio e longo prazos na meta de 2% dos BCs dos países avançados poderá ser mais desafiadora.

Valor: Por que o país parece estar se saindo melhor na calibragem da política monetária e da **inflação**?

Awazu: Os emergentes em geral - e o Brasil em particular - agiram de maneira tempestiva, antes dos BCs dos países avançados e com maior precisão analítica sobre os efeitos dos choques de oferta sofridos, com aceleração do crescimento pós-covid, tensões geopolíticas e sua transmissão na **inflação**. Acho que, talvez por experiência, sabiam que o efeito transitório se transmite mais rapidamente, afeta expectativas dos agentes e tem que ser tratado com determinação, o que foi feito. O Brasil está em boa posição, com o processo de desinflação em curso, dólar estável, uma importante **reforma tributária** sendo aprovada e adoção do arcabouço fiscal.

Valor: Como avalia uma possível mudança da meta fiscal brasileira?

Awazu: Nós temos um espaço fiscal limitado, temos que tomar cuidado não só com espaço fiscal, mas com uma sinalização de que a trajetória indo para um superávit é um elemento importante da estabilidade macroeconômica, mas temos exemplo de países avançados [discutindo fiscal], não é uma coisa inédita. É uma coisa que tem que ser feita com toda seriedade que eu vejo nas equipes do Ministério da Fazenda. Essa discussão já aconteceu em vários países. Eu diria que não dá para adotar uma postura ingênua e dizer que não cria nenhum problema, mas tampouco deve adotar uma postura catastrófica e dizer que apenas a discussão é uma catástrofe nacional. Se a França e a Alemanha fizeram isso, é um sinal de que é uma discussão, dependendo das circunstâncias, válida. É delicado, mas sem nenhuma ingenuidade ou catastrofismo.

Valor: O Banco Central tem dito que ainda há "uma última milha" no combate à **inflação** a ser percorrida. O sr. concorda?

Awazu: A desinflação está acontecendo, mas não se sabe exatamente sobre essa última milha, em que patamar ela vai se estabilizar. Tem que mostrar credibilidade das políticas dos bancos centrais, alterações de trajetória nessa "última milha" são danosas à credibilidade e às expectativas dos agentes de mercado. Mas também é preciso ter bom senso nesse debate.

Valor: O BC vem sinalizando um ritmo de corte de juros de 0,50 ponto. Acha adequado?

Awazu: A maneira como está sendo conduzida a política monetária é correta. Mas não é só o Brasil, é o conjunto dos países emergentes. Um elemento que surgiu recentemente, há alguns dias, é uma perspectiva mais favorável no processo de pouso suave nos EUA. A probabilidade de ter um aperto adicional diminuiu. Isso melhora o cenário para os emergentes e diminui os riscos do tradicional "efeito aspirador" de capital que tem reflexo na taxa de câmbio.

Valor: A pauta ambiental e climática está sendo debatida entre bancos centrais. Qual é o papel da autoridade monetária nisso?

Awazu: Uma das coisas que fiz no BIS foi introduzir o tema de sustentabilidade ambiental na pauta dos bancos centrais. A mudança climática já está afetando balanços do sistema financeiro pelo custo crescente de eventos extremos mais frequentes. Esse novo tipo de risco deve ser levado em conta e melhor precificado. Não quer dizer que BCs vão ser a bala de prata contra esses riscos, mas como regulador é preciso instruir, publicar e precificar corretamente.

Valor: Como o sr. vê o Brasil na presidência do G20?

Awazu: Colocará desafios na única mesa global em que o G7 ainda fala com o BRICS. O Brasil, tenho certeza, vai fazer uma grande presidência porque ele é essa ponte fundamental. Os temas escolhidos são importantes, sobretudo a necessidade de juntar clima com desenvolvimento, crescimento, redução da desigualdade e pobreza.

Valor: É um momento em que o Brasil tenta se projetar lá fora...

Awazu: Temos uma janela de oportunidade enorme. Estamos restabelecendo nossa imagem internacional com normalidade democrática. Temos nossos problemas, desigualdade entre ricos e pobres é o

maior deles. Dentro da classe de ativos emergentes, estamos fazendo o dever de casa para estabilizar e implementar reformas estruturais e vamos aumentar a nossa atratividade para investidores externos. Temos uma agenda ambiciosa de crescimento que junta desenvolvimento e inclusão social com a transformação estrutural da nossa economia para a neutralidade em carbono, com uma matriz energética limpa.

Valor: Seu nome tem circulado como possível cotado sempre que abrem vagas para a diretoria do BC. Se recebesse um convite, aceitaria?

Awazu: Fiquei dez anos em governos e mais 20 anos em organismos internacionais. Depois de descansar um pouco vou sempre estar à disposição para servir o meu país, não necessariamente em cargo público.

"É preciso mostrar credibilidade das políticas dos bancos centrais" Luiz Awazu

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187717>

'A reforma tributária é mais uma oportunidade perdida', diz CEO da Petz

Rennan Setti

É quase impossível conversar ao longo de uma hora com Sérgio Zimmerman, CEO e fundador da Petz, sem falar de pet shop - a não ser que o assunto seja **reforma tributária** e isenção de imposto para plataformas de e-commerce estrangeiras. Integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (o Conselho) de Lula para o tema-pepino de comércio cross border e do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), que reúne as principais varejistas nacionais, o empresário se tornou um dos críticos mais vocais da reforma que tramita no Congresso e do Remessa Conforme.

Em conversa com a coluna, Zimmerman classifica a reforma de "oportunidade perdida" - "mais uma de um país especializado nisso" - por não passar de uma "carta de intenções" cujo desenho prático permanece incógnito e só será conhecido após aprovação de leis complementares. Para ele, nem mesmo a simplificação que serviu de cartão de visitas do texto estaria garantida, uma vez que o volume de exceções vai "recriando o tal manicômio tributário de hoje."

- A reforma deveria mirar 20, 30 anos à frente, ser um norte para a redução da tributação sobre consumo via aumento de tributação de renda e patrimônio. Isso não é rápido, mas é preciso um primeiro passo. O que me frustra é que ela não aponta para essa direção - observa.

A crítica do empresário embute clara insatisfação do varejo com suposto desequilíbrio setorial da reforma, que já foi aprovado no Senado e agora voltará à Câmara:

- É a reforma da indústria, da CNI (confederação do setor), que está feliz por ter ganho várias formas para reduzir sua carga. Mas a reforma retira carga de setores muito formais, como telecomunicações e petróleo, compostos apenas por gigantes que cumprem a lei e pagam **impostos**. Vai sobrar a conta para parte do varejo e do setor serviços que não fez o lobby? O lobby que deveria estar representado no Congresso é o dos interesses do povo mais pobre, mas ninguém está fazendo lobby para eles.

Segundo Zimmerman, a preocupação de setores com maior grau de informalidade, como o varejo, é o

aumento da sonegação. Para ele, se esses setores pagarem a conta das exceções concedidas a outros segmentos, o número de empresas dispostas a pagar vai diminuir - prejudicando, por sua vez, as empresas formais.

- Digamos que se coloque o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) padrão em 28%, que é muito alto, e depois se descubra que a sonegação aumentou. O governo vai fazer o que, subir a taxa para 30% para compensar sua arrecadação? No mínimo, o ponto de honra deveria ser estipular uma alíquota máxima que não possa ser ultrapassada - explica.

Segundo ele, nem sequer os parlamentares mais envolvidos na reforma sabem explicar seus mecanismos e consequências hoje.

- Muitas vezes, as respostas que recebemos no Congresso para nossas dúvidas são assustadoras. São todas respondidas na base da fé. As pessoas não estão nem fazendo conta. Essa reforma tem muita teoria, muita planilha de Excel, e pouca barriga no balcão - critica, acrescentando que a simplificação prometida não foi entregue: - Aos pouquinhos, estão recriando o manicômio tributário. Eu não enxerguei a simplificação toda que estão dizendo. Vão introduzindo regras e regras que, na fase de transição, vão tornar o regime tributário até mais complexo do que é hoje.

No terreno do cross border, Zimmerman se diz inconformado com a isenção tributária para importações até US\$ 50 no Remessa Conforme. Na visão do empresário, o governo cedeu à pressão da rede social - que "muitas vezes é manipulada" - para tomar decisões com impacto na indústria e no varejo nacional.

- Você não pode fazer a gestão de um país baseado em comentário de rede social, isso não é razoável. O comércio cross border é política de Estado na China, flagrantemente turbinada por financiamentos de longuíssimo prazo a juros baixos. É inexplicável o Brasil ter conseguido agravar isso tudo por meio do Remessa Conforme, reduzindo o imposto a zero - resume. - O Brasil está exportando consumidores para China, gerando emprego lá, enquanto destrói empregos na indústria e no comércio aqui.

De acordo com ele, o argumento de que a isenção

alivia a carga tributária sobre consumidores mais pobres é falacioso.

- Se o governo quer isentar o pobre, deixa o lojista brasileiro, que cria emprego no Brasil, vender com isenção de até R\$ 250! - argumenta, sem deixar de ponderar: - Tenho grande apreço pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda). Ele me parece extremamente bem intencionado. Mas há uma questão política importante, e uma hora a conta disso vai chegar.

O dono da Petz censura o que chama de silêncio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), cujo presidente, Josué Gomes, é dono da principal parceira da Shein em seu projeto de produção nacional, a Coteminas:

- Não é que eu ache que tenha havido influência política na escolha dessa parceria (com a Shein), eu tenho certeza! Não vou falar mal do Josué, que mal conheço. Mas entendo de governança. O presidente de uma entidade não pode misturar os interesses de sua companhia com a entidade. Não basta ser isento, tem que parecer isento. Só por isso, já há um problema enorme.

Site:

<https://oglobo.globo.com/blogs/capital/post/2023/11/a-reforma-tributaria-e-mais-uma-oportunidade-perdida-diz-ceo-da-petz.ghtml>

Exceções trazem risco à agenda da reforma, diz ex-secretário da Receita Federal

Por *Marta Watanabe - De São Paulo*

20/11/2023 05h01 Atualizado há uma hora

Após a aprovação pelo Senado, o texto da **reforma tributária**, que pretende simplificar o sistema de **impostos** e deve destravar o crescimento da economia, ampliou algumas exceções. Isso tornou mais volumosa e difícil a etapa seguinte, que deverá seguir à aprovação da PEC 45/2019, o que contribui para elevar o risco de atraso na agenda pós-emenda. Além de trazer exceções "injustificáveis", o texto aumentou o compromisso da União com o aporte de recursos, deixando incertezas sobre a capacidade de cumprimento em governos futuros.

A avaliação é do consultor José Tostes Neto, ex-secretário da **Receita Federal** e ex-coordenador dos Estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Frente às mudanças feitas pelo Senado, diz Tostes, é preciso cuidado para não avançar com algo "sem considerar o que está sendo aprovado". "Não se pode deixar passar a oportunidade de melhorar o sistema atual, mas devemos evitar aprovar algo que reproduza deficiências e iniquidades do sistema atual, e o texto do Senado faz isso", diz. Após aprovação no plenário do Senado, o texto passará agora por nova apreciação da Câmara dos Deputados.

O eventual fatiamento após a nova tramitação na Câmara dos Deputados, com uma primeira promulgação somente no que houver consenso entre as duas casas legislativas, pode atrasar a agenda para a produção das leis complementares, colocando em risco a agenda da reforma, avalia.

Conjunto de encargos atribuídos à União por período tão longo é incerto"

Há pelo menos sete compromissos atribuídos à União na reforma aprovada no Senado, diz Tostes, com impacto financeiro de pelo menos R\$ 790 bilhões até 2043. O valor considera apenas aportes da União no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e no Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros-Fiscais do ICMS (FCBF). Para o fundo de desenvolvimento, lembra, o texto não estabelece prazos finais ao aporte federal, dando a entender que

acontecerão "indefinidamente". Para ele, o cenário para o fundo lembra o da chamada Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), que resultou em longa disputa judicial entre União e Estados.

Além dos dois fundos, diz, há outros compromissos estabelecidos para a União, cujos valores estão ainda indefinidos. Para Tostes, os encargos atribuídos à União por período tão longo trazem incerteza sobre seu cumprimento nos próximos mandatos. "Futuros governos podem pensar de forma diferente, porque a situação fiscal do país não é tão confortável para comportar tantos compromissos."

O texto, diz Tostes, também aumenta a complexidade para o IVA, novo imposto que deve resultar da **reforma tributária** e que se traduzirá em dois **tributos**: a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será arrecadado conjuntamente por Estados e municípios.

Ao criar novas exceções dentro das alíquotas reduzidas, a alíquota-padrão do IVA pode chegar bem perto de 30% ou até ultrapassá-la, avalia Tostes. Essas mudanças, diz, lembram uma frase de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, escritor italiano que no romance "O Leopardo" abordou a decadência da aristocracia siciliana durante o Renascimento. "A frase cai como uma luva: algo deve mudar para que tudo continue como está."

Com Cide para Zona Franca, foi criado um novo tributo, não há como esconder"

O ex-secretário da **Receita Federal** também diz que o relatório trouxe um tributo novo, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a Zona Franca de Manaus, o que deverá aumentar a complexidade para se equacionar a tributação da região, algo que ainda será regulamentado via lei complementar. Com isso, o novo texto mantém a eliminação de cinco **tributos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS -, mas cria outros cinco, um a mais do que o texto que saiu da Câmara dos Deputados.

A seguir, os principais pontos:

Encargos da União 1

São muitos os encargos que a reforma trará à União e esse impacto não parece devidamente equacionado, segundo Tostes. "A questão é sempre muito sensível quando há compromisso de repasse entre os entes. Há pelo menos seis compromissos atribuídos à União. Alguns já vinham desde a Câmara e aumentaram agora no Senado em termos de valores."

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), exemplifica, tinha perspectiva de começar em 2029 com R\$ 8 bilhões e chegar a R\$ 40 bilhões em 2033. Agora mudou para começar em 2029 com R\$ 8 bilhões e chegar a R\$ 60 bilhões em 2043. O impacto agora é de R\$ 630 bilhões até 2043 e, como não há data-limite para esse recurso no texto, presume-se que será repassado indefinidamente, diz. "O cenário é muito semelhante ao da chamada Lei Kandir. Os repasses para compensar Estados pela desoneração de ICMS nas exportações de bens primários e semi-elaborados resultaram num dos maiores passivos jurídicos entre a União e os Estados."

Encargos da União 2

Há também o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais, que já tem a partir de 2025 aportes da União que começam em R\$ 8 bilhões e crescem gradualmente até chegar a R\$ 32 bilhões em 2028 e 2029 e depois decrescem, também gradativamente, para R\$ 8 bilhões em 2032, aponta Tostes. "São R\$ 160 bilhões. Somados aos R\$ 630 bilhões do FNDR, são ao todo R\$ 790 bilhões, pelo menos, até 2043."

Encargos da União 3

Há outros compromissos sem valores definidos, diz, como o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas. O fundo poderá ser usado tanto para compensar os benefícios da Zona Franca de Manaus como para compensar a perda de arrecadação do Estado do Amazonas.

A arrecadação de ICMS do Amazonas em 2022 foi em torno de R\$ 14 bilhões, aponta. Os incentivos fiscais federais na Zona Franca de Manaus representaram R\$ 55 bilhões no ano passado, e os incentivos de ICMS do Estado do Amazonas com a Zona Franca, cerca de R\$ 16 bilhões, segundo ele. "Esses são os números que envolvem a questão. Claro que o fundo não vai compensar tudo isso, mas parte disso certamente deverá ser absorvida."

Um quarto fundo foi estabelecido pelo plenário do Senado, diz Tostes: o Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá, com finalidade de promover o desenvolvimento dessa região. Também não tem valor

estipulado, diz. O valor mínimo de aporte anual para o fundo deverá ser definido por lei complementar.

Encargos da União 4

Além dos quatro fundos, a União vai arcar com o que for pago na alíquota-teste de 0,1% do IBS entre 2026 e 2028, porque isso poderá ser compensado com **tributos** federais, explica. Ele lembra também que, no caso de a receita com o novo Imposto Seletivo ser menor do que a arrecadação do atual IPI, a diferença será coberta pela União. O IPI arrecadou cerca de R\$ 65 bilhões em 2022, ano em que houve muita desoneração com o imposto. Em 2021 o IPI arrecadou cerca de R\$ 70 bilhões, compara.

"O último compromisso que a reforma traz para a União é com as despesas de instalação do Comitê Gestor do IBS. Há uma previsão de compensação para a União, mas é um compromisso inicial na conta da União."

Encargos da União, o futuro

O conjunto de encargos atribuídos à União por período tão longo é muito incerto, avalia. "Está sendo feito um desenho para futuros governos cumprirem. Futuros governos podem avaliar e pensar de forma diferente, até porque a situação fiscal do país não é tão confortável para comportar tantos novos compromissos."

Divisão do FNDR

O critério de repartição dos recursos do FNDR estava remetido para lei complementar no texto que saiu da Câmara dos Deputados, lembra Tostes. "No relatório do senador Eduardo Braga houve um critério para destinar 70% dos recursos com base no FPE [Fundo de Participação dos Estados] e 30% com base na população. Certamente isso vai gerar muita discussão e dificuldade de consenso."

O próprio critério de distribuição do FPE é algo que não tem consenso, foi motivo de ações judiciais e chegou ao STF [Supremo Tribunal Federal], que conduziu um acordo entre os Estados, diz. "Mas a nova regra só vale para o excedente de recursos. Então, para aplicar o novo critério de forma integral, levaremos cerca de 200 anos."

Isso já mostra, avalia, que essa questão terá muita controvérsia, porque cada Estado vai defender o seu ponto de vista. "O critério do relatório é um bom começo de discussão, mas certamente não será o definitivo."

Ex-secretário de Fazenda do Pará, Tostes defende

que o critério não pode ser baseado somente na população, uma vez que o fundo também tem objetivos de diminuir desigualdades. "É preciso considerar essas diferenças regionais que ainda são muito expressivas no Brasil. Já há manifestações de descontentamento com este critério do relatório, sob alegação de que se está privilegiando Estados mais populosos, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia."

Comitê Gestor do IBS

"Me parece que a mudança de nome de Conselho Federativo para Comitê Gestor do IBS quis enfatizar o caráter operacional e fazer diferença em relação ao atual Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária], que tem poder de decisão sobre benefícios fiscais de ICMS." O Comitê Gestor não terá esse poder, diz, e não deverá tomar decisões de política tributária, de benefício fiscal.

"Mas há discussão sobre o quão efetivo será o comitê, o que é procedente, porque não existe experiência desse tipo no mundo. O Brasil vai inovar com uma experiência sem paralelo. Isso causa certa apreensão sobre seu funcionamento, de fato. A principal preocupação é que, mesmo que somente administrativo e operacional, o comitê terá o poder de distribuir o recurso arrecadado com o IBS. Se o recurso não é distribuído, o Estado não recebe."

Uma das principais funções do comitê, aponta, é a questão da integração na gestão do IVA entre União e os Estados em termos de interpretação na gestão do contencioso e na fiscalização. "Tudo isso são questões administrativas que precisarão de coordenação. O comitê gestor tem esse grande desafio. Permanece uma dúvida sobre como ficará o contencioso. É preciso assegurar que o contencioso do IBS dos Estados e municípios esteja harmonizado com o do CBS da União. Não pode haver interpretações diferenciadas. Se isso acontecer, vira um caos."

Novas exceções

Os regimes específicos têm mais de 20 hipóteses que serão regulamentadas por lei complementar, o que poderá ampliar ainda mais o alcance em função da definição que for dada. O mesmo vale para as dezenas de hipóteses dos regimes diferenciados. A redução de 60% tem quase três dezenas delas.

"É injustificável a redução de 30% da alíquota do IVA para profissões liberais e regulamentadas. São dezenas. Não há razão de fato ou direito que justifique isso", diz Tostes. Com isso, diz, as alíquotas do IVA aumentaram, o que vai provocar aumento da alíquota-padrão do novo imposto e elevar a complexidade, com aumento de custos tanto para contribuintes como para

Estados, municípios e União.

"Vão diminuir muito os ganhos que se esperava com a criação de uma IVA moderno com uma só alíquota ou com um número de alíquotas menor do que quatro. Além de todas as exceções do novo imposto, ainda se está prorrogando incentivos velhos, como os do setor automotivo, para projetos já aprovados e os que venham a ser aprovados até dezembro deste ano. Sobre esses tratamentos mais favorecidos, o escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa tem uma frase que cai como luva: algo deve mudar para que tudo continue como está."

Alíquota do IVA

O aumento de exceções para o IVA certamente terá impactos na alíquota modal do IBS e da CBS, aponta, além aumentar o volume de trabalho da regulamentação via leis complementares, o que traz também risco para o cumprimento da agenda. Com alcance ainda incerto, as exceções devem fazer com que a alíquota do IVA se aproxime dos 30%.

Cesta básica

"Minha opção sempre foi pela tributação regular do IVA e pelo uso do cashback como forma de devolução do imposto para baixa renda. Os estudos mostram que esse mecanismo é o melhor sistema para reduzir regressividade na tributação sobre consumo", diz Tostes. Com benefício para a cesta básica, todas as faixas de renda ficam privilegiadas, avalia.

"O relatório do Senado cria uma cesta básica estendida, além da cesta básica nacional que já estava no texto anterior, e fica uma mistura que também aumenta ainda mais a complexidade. Será uma guerra entre os que queiram ir querer estar na cesta nacional ou na estendida, algo desnecessário", avalia.

Cide, novo tributo

O relatório criou novo tributo, não há como esconder: a Cide da Zona Franca de Manaus, diz Tostes. O estabelecimento de uma nova Cide, diz, gera dúvidas. "Se uma empresa da Zona Franca de Manaus produz um bem com externalidade negativa para a saúde ou meio ambiente está sujeita à Cide e também ao Imposto Seletivo?", questiona.

Ele explica que hoje há na Zona Franca de Manaus benefícios fiscais de IPI, PIS, Cofins, ICMS e Imposto de Importação. "Somente neste último não há mudança nessa reforma. A lei complementar definirá como tudo isso será equacionado dentro da **reforma tributária**. O que se sabe pelo texto é que poderão ser usados para isso instrumentos fiscais, econômicos ou

financeiros, lembrando que os benefícios da região estão garantidos já pela Constituição até 2073. Agora entrou uma Cide no meio do caminho e isso deve tornar mais complexo esse desenho."

Com isso, o novo texto da reforma mantém a eliminação de cinco **tributos**, mas cria outros cinco, um a mais do que o texto que saiu da Câmara dos Deputados.

Imposto seletivo

O relatório amplia a base tributável pelo Imposto Seletivo para alcançar a extração, o que deve incluir extração de petróleo e minérios, destaca. "Me parece que alcança, inclusive, o que é destinado à exportação, porque a incidência na extração independe da finalidade. É bom lembrar que o objetivo da Lei Kandir lá atrás foi justamente tirar a tributação dos bens primários e semi-elaborados voltados para exportação." Isso, então, diz, pode voltar com a tributação para os bens que sejam considerados como nocivos à saúde e ao meio ambiente.

"Como isso se dará, dependerá da regulamentação, mas pode haver uma discussão sobre um imposto que acabará incidindo sobre exportação, mesmo que embutido na cadeia produtiva. A amplitude da base do Imposto Seletivo também é algo a ser definido por lei complementar e não sabemos como ficará.

Promulgação fatiada

Se for promulgada inicialmente somente a parte de consenso do Senado e Câmara dos Deputados, certamente o que ficar para depois não será irrelevante, segundo Tostes. Isso pode atrasar a edição das leis complementares e traz incerteza sobre o cumprimento dos prazos da agenda da reforma.

Para ele, é preciso cuidado para não se aprovar algo sem considerar o que está sendo aprovado. "Não podemos deixar passar a oportunidade de melhorar o sistema que temos hoje, mas devemos evitar aprovar algo que reproduza deficiências e iniquidades do sistema atual e o texto do Senado faz isso."

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/11/20/excecoes-trazem-risco-a-agenda-da-reforma-diz-ex-secretario-da-receita-federal.ghtml>

Reforma Tributária, LDO e arrecadação: Os desafios antes do recesso

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/11/20/RDIOBANDNEW>

[SFM905DF-06.43.09-06.44.13-1700475755.mp3](#)

Governo ganha tempo para definir a meta fiscal (Editorial)

Não foi tomada decisão final sobre qual será a meta fiscal a ser perseguida pelo governo em 2024. Há uma operação de endosso do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atropelado súbita e inesperadamente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que veio a público dizer que o objetivo fiscal não precisaria ser zero e que um déficit de 0,25% ou 0,5% do PIB nada significaria. "Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões em obras que são prioritárias para o país" (27 de outubro). Em poucas palavras, o presidente tirou o chão do principal ministro do governo, em pleno esforço para conseguir apoio a medidas que ampliem as receitas, além de desmoralizar um novo regime fiscal que sequer estreou ainda. Lula quase conseguiu desfazer aquilo que o novo regime tentou construir: credibilidade e previsibilidade.

O governo tenta corrigir o estrago e empurrar para frente a decisão sobre a mudança da meta, se for o caso. A disposição do presidente de não por o pé no freio via contingenciamentos não parece ter sido refreada.

Lula fulminou a primeira futura meta logo depois de o Congresso ter aprovado o novo regime fiscal, o que afetou as chances de sucesso de Haddad obter no Congresso apoio a medidas para aumentar a arrecadação, como a tributação dos fundos offshore e exclusivos (previsão de R\$ 21,3 bilhões), fim da dedução dos juros sobre capital próprio (R\$ 10,5 bilhões) e a que retira isenção de estímulos fiscais dados pelos Estados, via ICMS, em **impostos** federais (R\$ 35,3 bilhões). Os argumentos para convencer parlamentares a fechar buracos fiscais se enfraqueceram diante da perspectiva de que o governo toleraria déficits fiscais. Diante desse risco, recompôs-se a ordem unida no governo para o déficit zero - até última ordem.

O Orçamento é uma peça política por princípio, e materializa a intenção fiscal do governo. O novo regime fiscal, que privilegia aumento de receitas e não corte de despesas, não tinha punições para o descumprimento de metas, mas nele foi acrescida pelo Congresso uma condição: a de que o governo se esforce para atingir o resultado, por meio de contingenciamento de até 25% das despesas discricionárias. O descumprimento acarreta também a

redução das despesas, de 70% das receitas primárias para 50% no exercício seguinte, fim dos concursos etc.

O que o presidente e o PT provavelmente temem é que um erro na largada, em 2024, os condene a uma piora orçamentária em 2025 e não garanta qualquer bonança em 2026, ano de eleições - e Lula já se dispôs a ser candidato. A armadilha da austeridade relativa quem a montou desta vez foi o próprio governo, que teve liberdade total para decidir quais regras fiscais pretendia cumprir. Parecem ter se dado conta de que o figurino é bem mais estreito do que imaginavam.

Se o governo não obtiver as receitas extras de R\$ 168 bilhões, terá de fazer um contingenciamento de até R\$ 53 bilhões, ou 25% dos R\$ 211 bilhões de receitas discricionárias. Emendas parlamentares teriam de ser cortadas. Mas ainda que tudo desse certo, o governo teria de fazer um esforço fiscal (de mais receitas, ou corte de gastos) significativo. Ele foi calculado entre R\$ 66 bilhões e R\$ 96 bilhões pelo coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, Manoel Pires. Nos cálculos de Pires entraram tudo que está no PLOA e parte do que não está, e também a possibilidade de usar a banda inferior da meta (R\$ 29 bilhões), ganhos com preços de transferência (R\$ 20 bilhões) e recursos empoçados (R\$ 22 bilhões).

Se não quiser segurar um centavo, o governo tem que arrumar R\$ 96 bilhões, além dos R\$ 168 bilhões. Um repesamento factível, entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões, exigiria esforço de R\$ 76 bilhões a R\$ 86 bilhões.

Além disso, o discurso petista criou outros nós orçamentários. Com o fim do teto de gastos, as despesas com saúde e educação voltaram à vinculação constitucional. O PT disse que a correção pela **inflação** retirou recursos de ambos. A volta à vinculação fez os gastos com saúde aumentarem R\$ 50,3 bilhões e R\$ 8,5 bilhões as despesas com educação, segundo Bráulio Borges, pesquisador do Ibre-FGV. São gastos não contingenciáveis e que crescem junto com o aumento das receitas. São vinculadas as emendas parlamentares individuais e de bancada, que perfazem 2% e 1% da receita corrente líquida.

Para que a relação dívida/**PIB** se estabilize e comece a cair é necessário um superávit fiscal de 1 % a 1,5% do **PIB** (há analistas que apontam 2% a 2,5% do **PIB**). Não se sabe qual limite fiscal Lula quer tolerar. O presidente está criando gastos, depois de uma PEC da Transição que os elevou em R\$ 165 bilhões e, ao contrário de seus dois outros mandatos, não parece agora ter muita tolerância em relação à austeridade. Mesmo que o governo rejeite a meta de déficit zero, o espírito da decisão teria de ser ainda o da sobriedade e da contenção de despesas, com revisão de gastos, avaliação de resultados etc. Não parece haver essa convicção, mas a decisão final foi postergada.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231117/>

Conselho da Justiça Federal decide se pagará R\$ 240 mi a magistrados



Sessão do Conselho da Justiça Federal do dia 23 que retomou o caso

Pepita Ortega

Logo depois de aprovar até dez dias de folga por mês para juízes federais com "acúmulo de funções", o Conselho da Justiça Federal (CJF) pode decidir amanhã sobre o pagamento da correção monetária de parcelas de auxílio moradia pagas a magistrados entre 1994 e 2002. Um entendimento a favor da correção implicaria em um passivo de R\$ 240.920.570,42, devidos a 995 magistrados.

O tema começou a ser debatido na sessão do dia 23, no CJF.

Na ocasião, a presidente do colegiado, ministra Maria Thereza de Assis Moura, manifestou-se contra o pedido da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e do juiz Danilo Fontenele Sampaio Cunha para que o índice de correção monetária da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) paga aos magistrados seja o IPCA (**inflação**) e não a Taxa Referencial (TR). Na avaliação da ministra, a reabertura da discussão quanto aos índices de correção monetária é "indevida".

Ainda na sessão do dia 23, logo após a ministra Maria Thereza ler seu voto, o juiz Guilherme Calmon Nogueira da Gama pediu mais tempo para analisar o caso, suspendendo a discussão. De outro lado, sinalizou que pretendia devolver os autos à pauta do Conselho da Justiça Federal para que o debate seguisse na sessão de amanhã.

INDIGNAÇÃO. Na primeira sessão de julgamento do processo administrativo comum movido pela Ajufe, a

ministra Maria Thereza de Assis Moura foi enfática.

Ela lembrou o posicionamento do ex-presidente do conselho, ministro João Otávio de Noronha, em sessão que, em dezembro de 2018, mandou pagar as diferenças do mesmo passivo. Segundo Maria Thereza, o colega à época mostrou "sua indignação sobre o tema, que se renova".

"Eu espero que essa grande reprodutora, a mãe da PAE, sossegue agora, que ela seja esterilizada, vamos ligar as trompas.

Não pode mais gerar recursos de dinheiro, dinheiro, dinheiro.

Isso já chegou a um limite.

Espero que essa seja a última decisão em matéria de PAE.

Que a gente sepulte isso, não há mais tetas para serem exprimidas nesse caso da PAE", disse Maria Thereza, reproduzindo as palavras de Noronha.

Em seguida, a ministra ressaltou que "concorda inteiramente" com a posição do ex-presidente do CJF. Segundo Maria Thereza, a discussão sobre a correção monetária do PAE se "arrasta desde o século passado e já rendeu sucessivos pagamentos de passivo, cada um deles supostamente definitivo".

"Trata-se de um passivo que se renova diuturnamente. Aparenta um eterno pensionamento", assinalou ela.

"É difícil compreender como um passivo referente a supostos valores devidos entre 1994 e 1999, que já foi pago e repago inúmeras vezes, gerando centenas de milhares de reais a cada magistrado beneficiário, pode, mais de 20 anos depois, admitir mais uma revisão de cálculo.

Essas parcelas foram quitadas, e, sem dúvidas, eventuais resíduos foram fulminados pela prescrição", completou.

PRESCRIÇÃO. A tese da ministra é a de que o direito às correções reivindicado pela Ajufe já está prescrito. Ela anotou que os passivos estão ligados a parcelas com períodos aquisitivos próprias, pagos em

momentos diversos: o auxílio de moradia, referente a setembro de 1994 a dezembro de 1997; o juros do auxílio, referente a janeiro de 1998 a setembro de 1999; e o pagamento da PAE, de setembro de 1999 a maio de 2002.

Na avaliação da ministra, trata-se de "matéria resolvida, com cálculos conforme os aplicados à época". "Os critérios de correção dos passivos e dívidas requeridos frente à administração pública devem ser rebatidos na discussão originária, sempre antes da liquidação.

Se assim não for, os critérios de correção poderiam ser sucessivamente revistos, sempre buscando o mais favorável ao credor. As rediscussões sucessivas eternizam o debate e criam passivos fictícios." Maria Thereza explicou que o passivo que seria devido com o acolhimento do pedido da Ajufe é de R\$ 240,9 milhões devidos a 995 magistrados, correspondente à correção dezembro de 2022. Ainda de acordo com a ministra, os valores pagos por tribunais regionais a títulos de passivos da PAE já totalizam R\$ 603 milhões, em valores históricos. O valor chegaria a R\$ 844 milhões, com o atendimento do pleito em pauta no Conselho.

A magistrada ainda alertou que qualquer valor gasto com passivos administrativos afetam os limites orçamentários da Justiça Federal, concorrendo com outras despesas de prestação jurisdicional. Além disso, ela anotou que uma decisão acolhendo o pedido em discussão, resultará na criação de um passivo, mesmo que não haja disponibilidade de pagamento, ensejando uma possível nova discussão sobre correção posteriormente, com uma bola de neve.

"Espero que essa grande reprodutora, a mãe da PAE, sossegue agora, que ela seja esterilizada"

Maria Thereza de Assis Moura Ministra do STJ

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com plano de corte radical no Estado argentino, Milei bate fácil o peronismo



Milei no discurso da vitória, em Buenos Aires, ao lado de sua namorada (E), Fátima Florcz, de sua irmã, Karina Milei, e da vice, Victoria Villarruel (com a bandeira argentina)

CAROLINA MARINS ENVIADA ESPECIAL A BUENOS AIRES

Pela primeira vez desde a redemocratização, a Argentina não será governada por um peronista ou pela oposição tradicional de centro-direita. Com a promessa de realizar cortes radicais para reduzir o tamanho do Estado argentino, o libertário Javier Milei, um neófito na política local, rompeu a bolha e será o novo presidente do país a partir de 10 de dezembro.

"Hoje começa o fim da decadência argentina", disse Milei, em seu primeiro discurso como presidente eleito. "Sabemos que tem gente que vai resistir, que quer manter privilégios.

Para eles eu digo: dentro da lei tudo, fora dela, nada." Aplaudido, ele terminou com o mantra de sua campanha. "Viva la libertad, carajo!" O grande feito de Milei foi derrotar o governista Sergio Massa sem contar com a máquina peronista, especialmente o apoio de prefeitos e governadores espalhados pela Argentina.

E fez com certa facilidade: 55,7% dos votos a 44,3%.

A sensação de vitória já era palpável bem cedo, antes da divulgação do resultado. No Hotel Libertador, na região central da capital argentina, o libertário acompanhou a apuração cercado de aliados e reconheceu que as eleições "foram transparentes" - um contraste com a véspera da votação, quando sua campanha havia questionado o sistema eleitoral, mesmo sem apresentar evidências de fraude.

TELEFONEMA. No início da noite, Massa telefonou para Milei e reconheceu a derrota. O peronista acompanhou a apuração no complexo Art Media, no bairro de Chacaritas, e discursou antes mesmo da

chegada dos números oficiais.

"Hoje, acaba uma etapa da minha vida", disse. "Quero dizer que os resultados, obviamente, não são os que esperávamos e tenho me **comunicado** com Milei para felicitá-lo, porque ele é o presidente e é quem vai liderar a Argentina pelos próximos quatro anos." O pronunciamento de Massa foi a senha para explodir o bunker de Milei, onde o clima de animação e otimismo descambou rapidamente para uma festa completa, com direito a troca de abraços e rock'n roll tocado por DJs. Apoiadores gritavam "Temos presidente" e se diziam orgulhosos do resultado.

Antes de a campanha começar, Milei era um candidato improvável.

Para ocupar a Casa Rosada, primeiro ele teria de derrubar a oposição tradicional, a centro-direita capitaneada pelo ex-presidente Mauricio Macri, que carregava a bandeira do antiperonismo.

Desde o início, Milei se apresentou como uma figura estranha, de fora do sistema, que minimizava o impacto da ditadura militar em um país traumatizado por ela. Com um cabelo cuidadosamente despenteado e costeletas de Elvis Presley, ele empunhava uma motosserra com a qual cortaria o tamanho do Estado, exterminando ministérios. Em sua lista de promessas estão a dolarização e o fim do Banco Central.

Para a surpresa do establishment, ele deixou para trás Patricia Bullrich, candidata do macrismo, e foi para a disputa do segundo contra Massa, o ministro da Economia de um governo impopular, chefiado por Alberto Fernández, que deixa de herança uma **inflação** anual de 140% e uma taxa de pobreza que afeta 40% da população.

Para derrotar Massa, Milei moderou seu discurso e buscou apoio de Bullrich e Macri.

Na reta final, tentou se esquivar das bombas que ele mesmo montou, desdizendo algumas ideias lançadas durante a campanha.

Depois de sugerir a liberação da venda de armas, disse que o tema não fazia parte de sua plataforma. Propôs liberar a venda de órgãos, mas recuou no último debate presidencial.

Governar, no entanto, será mais difícil que ser candidato, principalmente com um Congresso hostil. Para o sociólogo Carlos De Angelis, da Universidade de Buenos Aires, as propostas radicais de Milei devem ser moduladas. "Ele propôs a redução para um terço do que é o Estado atual", disse. "Não consigo imaginar que essa transição aconteça em paz ou de forma tranquila do ponto de vista econômico." INCÓGNITA. Na Casa Rosada, Milei levanta outras dúvidas, que não se restringem apenas à viabilidade de sua agenda econômica ultraliberal. A principal delas é o futuro da relação com o Brasil. O libertário não esconde sua antipatia pelo Mercosul e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem chama de "comunista".

O Brasil, porém, é o maior parceiro comercial da Argentina, uma interdependência com impacto nos dois lados da fronteira. O próprio Milei já tratou de conter os rumores de que pretende romper relações com Brasília, afirmando que prefere que os laços sejam levados adiante por empresários.

A simpatia do governo brasileiro por Massa - explícita durante a campanha - pode criar ruídos na relação. Por outro lado, o peronismo, historicamente protecionista, era muitas vezes um entrave à integração.

O futuro agora está na habilidade de Milei governar sem olhar para o retrovisor.

"Viva la libertad, carajo"

Javier Milei Presidente eleito da Argentina e a frase que virou mantra de sua campanha

"Hoje, acaba uma etapa da minha vida"

Sergio Massa Candidato derrotado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preocupações de Campos Neto como risco externo - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, acha que houve uma redução das incertezas no cenário externo desde a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), no começo do mês. Mas ele segue muito preocupado com os desafios para o Federal Reserve (Fed) baixar a inflação e com as gigantescas necessidades de recursos do Tesouro americano para financiar o seu déficit, que podem sugar uma boa parte dos capitais que estão nos países emergentes.

Num evento do Valor e de "O Globo" na sexta-feira, ele fez uma descrição um pouco mais detalhada sobre como os riscos externos e as incertezas fiscais no próprio Brasil entram na chamada função de reação do Banco Central. Ou seja, como todos esses perigos vão afetar o ciclo de baixa da taxa Selic, que, desde agosto, passou de 13,75% ao ano para 12,25% ao ano.

O recado mais importante é que o Banco Central não pretende reagir de forma mecânica nem a uma coisa nem a outra. Campos Neto foi questionado se, como parte do mercado financeiro acredita, o BC opera com a lógica do regime de câmbio fixo. Ele respondeu que o importante é como os ambientes externo e fiscal afetam as variáveis que são destacadas no processo de decisão do Copom, dentro do regime de metas para a inflação.

"O cenário externo está mais desafiador, mas o câmbio não respondeu. Aparentemente, os mercados entendem que não existe um risco muito maior. Os juros longos também não responderam muito. O que mudou na nossa vida? Não mudou muito. Tem um fator de risco, uma incerteza, mas não é mecânica. Precisa contaminar as variáveis que fazem parte do nosso processo decisório." Ele não discorreu sobre essas variáveis, mas elas estão comunicadas nas atas do Copom. Incluem, por exemplo, projeções de inflação, ociosidade da economia e a inflação de serviços.

Uma parte do mercado está de olho no chamado diferencial de juros entre o Brasil e Estados Unidos ou seja, se a taxa de juros oferecida dentro do nosso país é suficientemente alta para atrair capitais estrangeiros. Essa diferença vem diminuindo. Os juros americanos,

que estavam próximos de zero, subiram 5,25

pontos percentuais. Por aqui, o Banco Central baixou o juro em 1,5 ponto percentual. O receio de alguns é que a queda desse diferencial de juros levaria a uma desvalorização do real ante o dólar.

Houve alguns momentos de maior estresse, e a cotação do dólar subiu a um pico de R\$ 5,17. Mas, logo depois, voltou a ceder, é hoje está no patamar de R\$ 4,90. Não é só o diferencial de juros que afeta a taxa de câmbio. Outros fatores, como o desempenho extraordinário da balança comercial, também ajudam. Campos Neto argumentou, no evento, que o diferencial de juros ainda tem alguma gordura.

"O câmbio no Brasil tem se comportado bem. Recentemente, o dólar se fortaleceu, mas o real teve um comportamento melhor do que as outras moedas. Sempre tem o argumento de que existe um diferencial de juros grande a favor do Brasil. Agente entende que esse diferencial tem algum espaço. Ou seja, não é uma queda de juros que vai fazer com que tenha uma reversão grande no movimento de câmbio", afirmou.

Ele também tem levantado a tese de que, além do diferencial de juros, há ainda um diferencial de riscos. "Os EUA têm um fiscal que piorou muito, então há um risco percebido um pouco maior, e a gente consegue ver isso inclusive no mercado de CDS."

Um gráfico que Campos Neto vem apresentando nas últimas semanas compara as taxas brasileiras nominais de dois e de cinco anos com as respectivas taxas americanas. Outro, confronta o juro real de cinco anos. Síntese dos números é que há um diferencial de juros significativo, ainda que menor do que a média histórica dos últimos dez anos.

Na reunião do Copom do começo do mês, disse, o ambiente de incerteza era mais forte, com o início do conflito entre Israel e o Hamas, a pressão no preço do petróleo e muitas dúvidas sobre a comunicação de política monetária pelo Fed. Apesar disso, a maioria do comitê - com a exceção de um membro - não considerou que houvesse um viés negativo no balanço de riscos. No evento do Valor e de "O Globo", ele tratou aquela incerteza aumentada como uma fotografia do momento, nas últimas semanas. "Tinha um grau de incerteza, inclusive, maior do que a gente

tem hoje."

Ele não entrou em detalhes, mas, desde então, o preço do petróleo apresentou recuo e o conflito não se espalhou, pelo menos até o momento, a outros países da região. A comunicação mais suave do Fed e ciados melhores de **inflação** tiraram um pouco da pressão sobre os juros dos títulos do Tesouro americano.

Com isso, é possível sonhar com cortes de juros maiores do que 0,5 ponto nas próximas reuniões? Provavelmente não. Campos Neto explicou que o Copom retirou de sua ata o trecho que impunha altos requisitos para acelerar o corte de juros apenas porque essa mensagem já havia sido bem absorvida. Ou seja, continua valendo como antes. Tem que melhorar muito para cortar mais.

Pode haver algum alívio na sinalização do tamanho do ciclo? Ainda não. Campos Neto repetiu as conhecidas preocupações com a **inflação** e o fiscal americano. Para ele, diante das incertezas, não vale detalhar a visão de longo prazo- apenas dizer que o juro se manterá contracionista ao longo do ciclo de baixa.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente E-mailalex.ribeiro@valor.com.br

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187717?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187717?page=1§ion=1)**

Reunião com Haddad, Mantega, Galípolo e Mercadante convenceu Lula de déficit zero



Fabiano Haddad e Rui Costa

Uma reunião no Palácio da Alvorada na semana retrasada foi decisiva para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se convencer a não alterar a meta de déficit primário prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no arcabouço fiscal, segundo apurou o Valor junto a fontes do governo.

O encontro foi organizado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que perdia a queda de braço para o chefe da Casa Civil, Rui Costa, e vinha tratando do tema diretamente com Lula para convencê-lo a não manter o objetivo de déficit zero.

Segundo apurou o Valor, Haddad combinou com Lula, a pedido do próprio presidente, uma reunião com economistas de confiança dele e do presidente para conversar sobre o assunto. Ele levou para a residência oficial o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e o diretor de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, ex-secretário-executivo de Haddad. O encontro aconteceu no último dia 7 de novembro, terça-feira.

O objetivo de Haddad àquela altura era tentar neutralizar as ofensivas de Rui Costa de afrouxar a meta de déficit para 0,5% do PIB. De acordo com relatos, todos os presentes defenderam a manutenção do déficit zero. Até mesmo os "heterodoxos" Mantega e Mercadante endossaram a tese de Haddad, com argumentos políticos e econômicos.

Entre as alegações dos presentes, estiveram sinalizações ao mercado, a credibilidade da política fiscal e a barganha a que o Planalto seria submetido para partilhar parte do dinheiro disponibilizado por uma meta mais frouxa em um momento tão precoce da

discussão orçamentária.

O quarteto alegou, por exemplo, que ainda não havia clareza sobre o impacto da mudança na tramitação das medidas de arrecadação no Congresso - um dos pilares do arcabouço engendrado pela equipe da Fazenda.

No Planalto, a sensação era, e ainda é, a de que seria negativo para o governo abrir um debate dessa magnitude no momento em que Haddad luta para aprovar medidas arrecadatórias e fim de subvenções no parlamento.

Além disso, há o temor, na articulação política de que o "balcão" dos parlamentares para aprovar mudança na meta fique "incontrolável", uma vez que a discussão sobre o Orçamento está apenas começando e pode se estender até meados do ano que vem. O desejo do governo, em especial do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), responsável pela articulação política, sempre foi o de que esse debate, se acontecer, ocorra no menor intervalo de tempo possível.

"Se o presidente Lula envia ao Congresso ajuste na meta que libere R\$ 80 bilhões, vai ter que pedir R\$ 120 bilhões, porque o Congresso vai pedir R\$ 40 bilhões para ele", exemplificou uma fonte.

Do ponto de vista econômico, há uma questão "ritualística": seria ruim para o governo transparecer que a alteração da meta foi aprovada a despeito do ministro da Fazenda. É importante, nesse sentido, mostrar que há hegemonia da equipe econômica nesse tema.

Outra questão é o tamanho do déficit no ano que vem, que permanece incerto por conta do fato de que as medidas arrecadatórias ainda não foram todas aprovadas e de fatores de incerteza, como o preço do petróleo em 2024.

Também contou a favor dos interlocutores do presidente o fato de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ser defensor do déficit zero. Outro aliado de Haddad nesse ponto foi o advogado-geral da União, Jorge Messias.

Em conversas no Planalto, ele mostrou ao presidente

que o atual marco fiscal já autoriza um aumento de despesa real de 0,6% do **PIB** no ano que vem. Por esse raciocínio, não existe possibilidade de haver um corte tão grande quanto Lula temia.

Isso serviu contra o argumento da Casa Civil que o governo teria que fazer um contingenciamento de R\$ 60 bilhões em 2024, embora técnicos da Fazenda já prevejam um contingenciamento de R\$ 25 bilhões para o início do ano.

Segundo as fontes, foi nesse encontro que finalmente Lula se convenceu de que não deveria nem enviar uma mensagem modificativa ao relator da LDO, uma manobra cujo prazo expirava naquela noite.

Rui Costa, porém, não se deu por vencido e ainda lutou para que o Planalto patrocinasse o envio de uma emenda, por meio de suas lideranças no Congresso, para alterar a meta fiscal até o dia 17. Mas essa última tentativa tampouco prosperou.

O ministro da Casa Civil chegou a chamar o relator da LDO, Danilo Forte (União-CE), ao Planalto para anunciara intenção do governo de enviar uma emenda para alterara meta de déficit para 0,5% do **PIB**. O encontro e o anúncio ocorreram sem o conhecimento de Haddad, seu antagonista desde o início do imbróglio.

A discussão sobre a meta se acalorou depois de Lula ter dito, em café com jornalistas, que a meta de déficit "não precisa ser zero". Haddad viu na fala do presidente uma influência direta de Rui Costa, que vinha advogando a alteração da meta desde o lançamento do Novo PAC, em agosto.

O episódio expôs o racha entre os ministros da Casa Civil e da Fazenda, as duas pastas mais influentes da Esplanada. Interlocutores do Planalto afirmam que o momento na relação é muito ruim e que hoje o diálogo entre os dois praticamente inexistente.

O episódio expôs o racha entre os dois ministérios mais importantes: Casa Civil e Fazenda

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187717?page=1§ion=1>